

STJ00013190 - v. 1

ÉDIS MILARÉ

ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN



# ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL

*Teoria, Prática e Legislação*

---

BIBLIOTECA DE DIREITO AMBIENTAL

---

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

STJ00013190 - v. 1  
**BIBLIOTECA DE DIREITO AMBIENTAL**

1. *Estudo prévio de impacto ambiental — Teoria, Prática e Legislação*  
— Edis Milaré/Antonio Herman V. Benjamin.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Milaré, Edis

Estudo prévio de impacto ambiental : teoria, prática e legislação / Edis Milaré, Antonio Herman V. Benjamin. — São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 1993.

ISBN 85-203-1077-X

I. Direito ambiental — Impacto ambiental — Estudos 2. Proteção ambiental — Leis e legislação — Brasil I. Benjamin, Antonio Herman V. II. Título.

92-2972

CDU-343:502.7(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Proteção ambiental : Direito penal 343:502.7(81)

**SUMÁRIO**

**APRESENTAÇÃO** — PAULO NOGUEIRA NETO ..... VII

**UMA PALAVRA INICIAL** — ÉDIS MILARÉ e ANTONIO  
HERMAN V. BENJAMIN ..... 7

**PRIMEIRA PARTE — O IMPACTO AMBIENTAL**

1. Introdução .....	11
2. Objetivos do EIA .....	13
3. Conceito .....	15
4. Legislação disciplinadora .....	17
5. Procedimento e conteúdo do estudo prévio de im- pacto ambiental (EIA) .....	22
6. O Ministério Público e o estudo de impacto am- biental .....	53
7. Conclusão da primeira parte .....	57

**SEGUNDA PARTE — A PRINCIPIOLOGIA DO ESTUDO  
PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL E O CON-  
TROLE DA DISCRICIONARIEDADE ADMINIS-  
TRATIVA**

1. Introdução .....	63
2. Discricionariiedade × Estudo de Impacto Ambiental	67
3. Discricionariiedade: Conceito e limites .....	70
4. O EIA como pressuposto do licenciamento ambiental	73
5. Os objetivos do EIA no procedimento de licencia- mento .....	76

6.	Conceito de EIA .....	85
7.	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental .....	87
8.	O licenciamento ambiental .....	89
9.	O fundamento legal do EIA .....	94
10.	Os princípios do EIA .....	100
11.	Conclusão da segunda parte .....	124

### TERCEIRA PARTE — QUESTÕES PRÁTICAS

Ação Civil Pública. Ministério Público de São Paulo <i>versus</i> Companhia de Saneamento Básico de São Paulo — SABESP. Comarca de São Sebastião, SP. Necessidade de elaboração de EIA/RIMA para a implantação de emissário submarino. Petição Inicial do MP visando impedir a construção do EIA/RIMA ....	127
Ação Civil Pública. Ministério Público de São Paulo <i>versus</i> Departamento de Estradas de Rodagem — DER. Comarca de Palestina, SP. Necessidade de elaboração de EIA/RIMA na construção de estrada que afete “Reserva Particular de Fauna e Flora”.	
— Petição inicial do MP visando suspender execução da obra .....	131
— Petição do DER .....	138
— Lei Municipal n.º 1.121, de 21.12.88 ....	139
— Convênio entre o DER e o Município de Palestina .....	140
— Petição da Prefeitura Municipal de Palestina	141
— Manifestação do Ministério Público .....	142
— Sentença .....	145
— Acórdão .....	150
Ação Civil Pública. Ministério Público de São Paulo <i>versus</i> Companhia Energética de São Paulo — CESP, Comarca de Pereira Barreto, SP. Necessidade de ela-	

boração de EIA/RIMA na construção da barragem “Três Irmãos”, no curso inferior do Rio Tietê . . . .	152
— Petição Inicial do Ministério Público. Ação Civil Pública Cautelar com Pedido Liminar para impedir o fechamento das adufas ou enchimento do reservatório . . . . .	152
— Petição Inicial do Ministério Público. Ação Civil Pública Ambiental. Ação Principal. Obrigação de não fazer consistente na abstenção de enchimento do reservatório até aprovação do EIA/RIMA e expedição da licença. Pagamento de indenização pelos danos causados . . . . .	158

#### QUARTA PARTE — LEGISLAÇÃO

1. Constituição da República Federativa do Brasil (Título VIII — Da ordem social — Cap. VI — Do meio ambiente) . . . . .	223
2. Lei n. 6.803, de 2 de julho de 1980 . . . . .	224
3. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 . . . . .	228
4. Resolução CONAMA 1, de 23 de janeiro de 1986 . . . . .	235
5. Resolução CONAMA 9, de 3 de dezembro de 1987 . . . . .	240
6. Deliberação CONSEMA 50, de 16.11.92 . . . . .	241